

CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DA LOURINHÃ
FASE III – FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA E
PROGRAMA DE ACTUAÇÕES

Lisboa, Janeiro de 2007

"Este documento foi produzido pela Cised Consultores, Lda e é composto por 38 páginas, estando todas elas numeradas e a última assinada pelo Chefe de Projecto. A Cised assume as responsabilidades inerentes ao conteúdo deste documento."

Índice

PREÂMBULO	3
1. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO E ORIENTADOR	4
2. OBJECTIVOS E CRITÉRIOS DE ORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR	7
3. DELIMITAÇÃO DE TERRITÓRIOS EDUCATIVOS	9
4. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO	14
4.1. A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	14
4.2. O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	15
4.3. Os 2º e 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO.....	17
4.4. O ENSINO SECUNDÁRIO	18
5. VECTORES ESTRATÉGICOS DE ACTUAÇÃO	19
5.1. TERRITÓRIO EDUCATIVO DE RIBAMAR: REQUALIFICAÇÃO E REFORÇO DAS OFERTAS DE PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO	19
5.2. TERRITÓRIO EDUCATIVO DE ATALAIA E INTERIOR: REORDENAMENTO E REQUALIFICAÇÃO DAS OFERTAS DE PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO	20
5.3. TERRITÓRIO EDUCATIVO DA LOURINHÃ: REORDENAMENTO E REQUALIFICAÇÃO DAS OFERTAS DE PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO	22
5.3.1. REQUALIFICAÇÃO E REFORÇO DAS OFERTAS DE PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO NA SEDE DO CONCELHO	22
5.3.2. REORDENAMENTO E REQUALIFICAÇÃO DAS OFERTAS DE PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO NO RESTANTE DO TERRITÓRIO EDUCATIVO DA LOURINHÃ.....	23
5.4. REDE ESCOLAR DE 2º e 3º CICLOS	24
5.5. REFORÇO DAS OFERTAS DE SECUNDÁRIO	25
6. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO	26
7. MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA	34

Preâmbulo

Este documento constitui a parte propositiva, correspondente à Fase III do projecto de elaboração da Carta Educativa do Município da Lourinhã e no qual se apresenta a formulação estratégica e o programa de actuações proposto.

Os dois primeiros capítulos servem de enquadramento para as propostas apresentadas, definindo o quadro normativo e orientador (Capítulo 1) e os objectivos e critérios de ordenamento da rede escolar (Capítulo 2). No Capítulo 3 aborda-se a delimitação de Territórios Educativos enquanto unidades estruturantes de ordenamento da rede educativa.

No Capítulo 4 é apresentado um diagnóstico prospectivo, no qual, com base nas projecções da procura de ensino para o horizonte de projecto acordado (2011), se identificam os estrangulamentos e carências, actuais e futuras, da rede actual e que servem de ponto de partida para a elaboração das propostas de intervenção.

No Capítulo 5 são explicitados os vectores estratégicos de actuação que enquadram as intervenções propostas. Finalmente, no Capítulo 6 é apresentado o plano de execução que operacionaliza aquelas propostas na vertente infra-estrutural (instalações e equipamentos), estabelecendo o calendário de realização das mesmas, as respectivas estimativas de custos e fontes de financiamento.

Conclui-se este documento com recomendações sobre a monitorização da Carta Educativa.

Não é por demais sublinhar que este documento vem na sequência e complementa os relatórios anteriormente submetidos e que são também parte integrante da Carta Educativa. Refiram-se os relatórios da Fase II nos quais se apresentaram a Caracterização e Diagnóstico da Situação Actual (Módulo II.2) e as Projecções Demográficas (Módulo II.1) nas quais assentam as estimativas futuras da procura de ensino.

As propostas agora apresentadas resultam da interacção e consensos estabelecidos com a Câmara Municipal da Lourinhã, actualizando e complementando documentos de trabalho que, em alguns casos e em alguns aspectos, nomeadamente exercícios de cenarização, perderam actualidade face à não promulgação da nova Lei de Bases da Educação (aprovada na Assembleia da República em meados de 2004, na sequência da Proposta de Lei elaborada pelo 15º Governo Constitucional) e a orientações diversas daquela Proposta de Lei que constam do Programa do Governo saído das eleições legislativas de 2005.

1. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO E ORIENTADOR

O DL 7/2003 de 15 de Janeiro estabelece o conceito e objectivos da **Carta Educativa**. No seu artº 10º especifica que " *A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município*"

O artigo 11º do mesmo diploma estabelece como objectivos para a Carta Educativa:

1 — A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar.

2 — A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas.

3 — A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

4 — A carta educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.

5 — A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município."

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) – Lei 46/86, de 14 de Outubro – constitui um elemento enquadrador fundamental para a elaboração de Cartas Educativas, sendo complementado por diversas outras peças legislativas subsequentes (como o Despacho Conjunto nº 28/SERE/SEAM/88, D.L. nº 108/88, D.L. nº 286/89, Despacho nº 33/ME/91, D.L. nº 314/97 de 15 de Novembro e outros diplomas sobre temas mais restritos, nomeadamente sobre a educação pré-escolar, como a Lei Quadro da Educação Pré Escolar - Lei nº 5/91 de 10/2/97, o D. L. nº 147/97 de 11 de Junho - Regime jurídico do desenvolvimento da educação pré-escolar, ou o Despacho Conjunto nº 268/97 de 25 de Agosto - Normas de instalações) . A actual LBSE contempla, para além da Educação Pré-escolar, um Ensino Básico obrigatório (de 9 anos, dividido em 3 ciclos) e um Ensino Secundário, não obrigatório, com um único ciclo de 3 anos.

Neste enquadramento, assume particular relevância o conceito de Território Educativo como elemento estruturante do ordenamento da rede escolar. O Território Educativo pode ser entendido como o espaço geográfico no âmbito do qual se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória, abarcando as vertentes de ordenamento territorial e urbanístico e também de carácter pedagógico. Cada Território Educativo deve ser servido por uma escola nuclear que funciona como centro de dinamização e apoio, tanto pedagógico como administrativo e de instalações, às restantes escolas que se localizam na sua área de influência. No quadro da actual LBSE, a escola nuclear pode ser uma Escola Básica do 2º e 3º ciclos (EB 2,3) ou uma Escola Básica Integrada (EBI) que, além daqueles dois ciclos, integra também o 1º ciclo (e, eventualmente, a Educação Pré-

escolar). Deste modo, o Território Educativo pode também ser perspectivado como o conjunto de unidades educativas que têm em vista o prosseguimento de acções e actividades ou projectos educativos de interesse comum que lhe permitam encontrar melhores soluções pedagógicas, administrativas e financeiras.

Entretanto, o D.L. 115/98, de 4 de Maio, consagra formalmente o Agrupamento de Escolas concebido como *"uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum, com vista à realização das finalidades seguintes:*

- a) *Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;*
- b) *Superar situações de isolamento e estabelecimentos e prevenir a exclusão social;*
- c) *Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;*
- d) *Garantir a aplicação de um regime e autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;*
- e) *Valorizar e enquadrar experiências em curso.*

A constituição de agrupamentos escolares *"...considera, entre outros, critérios relativos à existência de projectos pedagógicos comuns, à construção de percursos escolares integrados, à articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, à proximidade geográfica, à expansão da educação pré-escolar e à reorganização da rede educativa".*

Sucessivos governos (nomeadamente através do Despacho nº 13313/2003 de 8 de Julho) procuraram impulsionar a criação dos agrupamentos de escolas tendo designadamente em vista a criação de condições de gestão das escolas, de racionalização dos meios e de aumento da qualidade das aprendizagens. O referido Despacho privilegia a constituição de agrupamentos verticais, apenas admitindo agrupamentos horizontais em casos excepcionais.

Face a esta lógica de verticalização, é obviamente recomendável a conciliação dos conceitos de Território Educativo e de Agrupamento de Escolas (vertical), criando-se unidades estruturantes unificadas quer para efeitos de ordenamento e planeamento da rede escolar, quer para gestão corrente da mesma nas suas diversas vertentes (pedagógica e administrativa).

Entretanto, o 15º Governo Constitucional elaborou em 2003 uma proposta de Lei de Bases da Educação (PLBE) que foi aprovada na Assembleia da República em 2004, mas que não chegou a ser promulgada pelo Presidente da República, o qual entretanto dissolveu o Parlamento e convocou eleições legislativas. A referida proposta de lei introduzia nomeadamente duas alterações significativas à actual LBSE:

- i. o alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos;
- ii. a reorganização do ensino em Ensino Básico (com dois ciclos, de 4 e 2 anos) e Ensino Secundário (com dois ciclos, ambos com 3 anos).

Os trabalhos de elaboração da Carta Educativa do Município da Lourinhã iniciados em 2004 desenvolveram-se inicialmente num quadro de muito provável implementação da referida PLBE, à luz da qual algumas análises de carácter prospectivo incluídas no relatório da Fase II foram desenvolvidas. Face à não promulgação da referida PLBE e ao abandono de algumas das orientações que esta contemplava, essas análises prospectivas perderam actualidade, pelo que são reformuladas no presente relatório.

Ainda assim, é de referir que o programa do 17º Governo Constitucional saído das eleições legislativas de 2005 contempla o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade, mas prevê a manutenção do actual Ensino Básico de 9 anos. Deste modo, julga-se de toda a conveniência que o planeamento da rede escolar a médio/longo prazo contemple desde já o alargamento da escolaridade obrigatória, conforme previsto no Programa de Governo.

Não são nesta altura conhecidas orientações do Governo relativamente a este alargamento da escolaridade obrigatória, nem o horizonte temporal em que será implementado. Ainda assim, há que reconhecer que esse alargamento implicará, em termos quantitativos, um reforço da capacidade de acolhimento de uma procura acrescida e, em termos qualitativos, de uma reconfiguração da oferta actual com um leque mais abrangente de opções, particularmente nas vertentes vocacionais/profissionalizantes. Na verdade, é expectável que os jovens que actualmente não prosseguem estudos após conclusão do 9º ano ou desistem durante o Secundário venham no futuro a enveredar primordialmente por opções de carácter vocacional/profissionalizante, pelo que importará prever o reforço deste tipo de ofertas e com um leque alargado e abrangente de opções. Tal implicará certamente uma configuração de uma rede de ofertas educativas provavelmente de âmbito supra-municipal e que tire partido de capacidade e "know-how" de escolas profissionais/centros de formação existentes, contemplando parcerias público-privadas. Este modelo de oferta ainda não está configurado pelo Ministério da Educação, do mesmo modo que há grandes incertezas no que respeita aos níveis de retenção e abandono nesse futuro Ensino Secundário, bem como no referente à repartição da procura entre os diferentes tipos de ofertas, quer na rede de escolas secundárias públicas quer de outros tipos de ofertas públicas ou privadas (escolas profissionais, etc).

Face a estas incógnitas, importa introduzir no planeamento da rede escolar elementos de flexibilidade que permitam acomodar diversidades de evolução, quer do quadro sócio-demográfico do concelho da Lourinhã, quer do quadro legislativo e orientador do sistema educativo.

Finalmente, é de referir que no planeamento da rede escolar serão exclusivamente consideradas as tipologias de escolas actualmente existentes (ignorando-se portanto as alterações de tipologias subjacentes à referida PLBE e que foram consideradas em análises anteriores). Neste particular, será de atender a orientações estabelecidas em diversas publicações que constituem instrumentos para o reordenamento da rede escolar e programação de equipamentos de educação, nomeadamente os "Critérios de Reordenamento da Rede Educativa" (DAPP/ME, Fevereiro 2000) e "Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos" (DGOTDU, 2002).

2. Objectivos e Critérios de Ordenamento da Rede Escolar

Na vertente prospectiva e de planeamento da rede escolar, adoptaram-se os seguintes princípios orientadores fundamentais:

- a) No âmbito geográfico de cada Território Educativo, a rede escolar pública programada deverá dar cobertura integral à procura dos níveis de ensino abrangidos pela actual escolaridade obrigatória gerada pela população residente (projectada para o horizonte de projecto, neste caso o ano de 2011) nesses âmbitos geográficos.
- b) No caso da educação pré-escolar, além dos Jardins-de-infância públicos, considerar também outros tipos de oferta (nomeadamente das IPSS) com as suas capacidades actuais, devendo o conjunto da rede (pública e privada) assegurar a cobertura integral da procura gerada pela população residente (também projectada para 2011) no âmbito de cada Território Educativo.
- c) Nas previsões da procura de ensino secundário contemplar desde já o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade, devendo a rede escolar pública dar cobertura integral (em termos quantitativos) à procura gerada pela população residente (também projectada para 2011) no concelho da Lourinhã.

No que respeita a tipologias das escolas, consideraram-se exclusivamente as tipologias de escolas actualmente existentes, abandonando-se portanto sugestões de alteração de tipologias de escolas contempladas em cenarizações prospectivas incluídas em documentos anteriores e elaboradas num quadro de muito provável implementação da PLBE referida no capítulo anterior, mas que não chegou a verificar-se. Nas propostas de novos equipamentos ou adaptações de existentes, privilegiam-se soluções de tipologias que favoreçam percursos escolares integrados em que as crianças possam levar tão longe quanto possível a sua progressão na escolaridade sem terem de mudar de estabelecimento de ensino.

No reordenamento da rede escolar procurou-se adoptar soluções que promovam:

- i. a melhoria das condições pedagógicas e a elevação dos processos educativos e das aprendizagens nas escolas;
- ii. os processos de sociabilização e o desenvolvimento integral das crianças;
- iii. a superação de condições de isolamento e marginalização de alunos e professores;
- iv. o combate ao insucesso e abandono escolares e à exclusão social;
- v. a racionalização da utilização de recursos educativos.

Importa assim conciliar o que são por vezes critérios de sentido contraditório que, por um lado, favorecem uma oferta de proximidade que evite às crianças deslocações excessivas (particularmente dos mais jovens, como na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico) mas, por outro, apontam no sentido da concentração da oferta quando a procura de ensino se situa abaixo de limiares críticos, com prejuízo sério dos objectivos acima enunciados. Deste modo, e face também a orientações do Ministério da Educação, adoptou-se como critério básico para o reordenamento das ofertas educativas a desactivação de escolas do 1º ciclo para as quais se projecta um número de alunos francamente inferior a 20 e aponta-se para a criação de pólos de oferta de educação pré-escolar e do 1º ciclo em localizações que, pela sua área de influência, tenham um potencial de captação de alunos em números ajustados ao pleno desenvolvimento dos processos educativos e das aprendizagens. Neste particular, e sempre que possível, é desejável que o número de alunos permita evitar o recurso a turmas agregadas (com frequência simultânea por mais do que um ano de escolaridade).

Na configuração da rede escolar de 1º ciclo entendeu a Câmara Municipal da Lourinhã adoptar uma orientação no sentido de se garantir em cada freguesia pelo menos um pólo de oferta de 1º ciclo e educação pré-escolar e, tendencialmente, concentrar nesse pólo aquela oferta, evitando uma excessiva dispersão da mesma por escolas de muito pequena dimensão e com reduzidas populações escolares.

Na selecção das localizações para implementação destes pólos de concentração de oferta educativa atendeu-se às dinâmicas demográficas e de desenvolvimento urbano do concelho, quer as que resultam de tendências identificadas através do modelo de projecções demográficas (e constantes do relatório respectivo), quer as que emanam de orientações estratégicas da Câmara Municipal da Lourinhã. Atendeu-se ainda às possibilidades de aproveitamento (com reabilitação, reconversão e/ou expansão) de equipamentos existentes, bem como à disponibilidade ou possibilidades de obtenção de terrenos para a construção de novos equipamentos.

Em última análise, e para além dos objectivos atrás enunciados, importa que o planeamento da rede escolar contribua decisivamente:

- i. Para a melhoria da oferta educativa, dando resposta adequada às necessidades e anseios dos residentes no concelho e contribuindo para atrair e fixar populações;
- ii. Para requalificar o parque escolar, proporcionando a alunos e professores instalações e dotações de equipamentos adequados a uma boa vivência, às actuais (e futuras) exigências pedagógicas e ao pleno desenvolvimento dos processos educativos e das aprendizagens.

3. Delimitação de Territórios Educativos

Como atrás referido, o Território Educativo é um elemento estruturante de reordenamento e planeamento da rede escolar, definindo o âmbito geográfico no qual se deve assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória para os residentes na área abrangida.

Actualmente, a escolaridade obrigatória estende-se até ao 9º ano (3ºciclo), realidade a que a delimitação dos Territórios Educativos deve atender, tendo presente que existem no concelho três escolas com 3º ciclo: (uma localizada em Ribamar e duas na sede do concelho). Com o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade é natural que a escola nuclear venha a ser uma escola secundária, circunstância em que no concelho existiria um só Território Educativo, com uma abrangência geográfica coincidente com os limites concelhios. No entanto, este é um cenário futuro que não tem tradução na realidade actual, para a qual se julga justificável a existência de três Territórios Educativos.

Para a delimitação dos Territórios Educativos deve atender-se a critérios de índole diversa, particularmente:

- i. De carácter geográfico, como distâncias de irradiação, tempos de deslocação, barreiras físicas (naturais ou construídas, como linhas ferroviárias ou eixos viários de problemático atravessamento), etc.;
- ii. De carácter demográfico (como dimensões mínimas de população a escolarizar) ou sociológico (como relações e articulações privilegiadas entre populações e centros urbanos, com raízes históricas ou outras);
- iii. De carácter pedagógico (como articulações entre escolas e existência de projectos educativos partilhados).

Sendo recomendável, como atrás defendido, a convergência dos Territórios Educativos e dos Agrupamentos de Escolas, convirá ter presente que existem actualmente três agrupamentos no concelho da Lourinhã: um de carácter vertical (cuja escola nuclear é a EB2,3 de Ribamar) e dois de carácter horizontal, tendo o Ministério da Educação decidido que os alunos das escolas de 1º ciclo do Agrupamento Lourinhã-Litoral sejam encaminhados para a EB2,3 Dr. João das Regras e os do Agrupamento Lourinhã-Interior para a EB2,3 Dr. Afonso Rodrigues Pereira.

Assim, e no que respeita ao Agrupamento (vertical) de Ribamar, afigura-se natural que este seja considerado como um Território Educativo. Em nome de critérios de equilíbrio em termos de populações escolares potenciais (e também de balanços oferta-procura), a abrangência deste Território Educativo poderia ser alargada à freguesia da Atalaia. No entanto, atendendo a argumentos de carácter sociológico e reconhecendo-se uma realidade pedagógica e de administração escolar já hoje prevaemente, considerar-se-á um Território Educativo com o âmbito geográfico (e agregação de estabelecimentos escolares) coincidente com o actual Agrupamento de Escolas de Ribamar.

No que respeita aos outros dois Territórios Educativos e tendo presente que as respectivas escolas nucleares se situam ambas na sede do concelho, convirá começar por sublinhar que a sua delimitação com base em critérios geográficos ou socio-demográficos envolve um elevado grau de arbitrariedade, podendo adoptar-se praticamente qualquer delimitação que preserve um razoável equilíbrio em termos de população escolar potencial. Deste modo, julga-se que deverão prevalecer critérios de carácter pedagógico e administrativo que melhor favoreçam a articulação entre escolas e que, neste sentido, a solução de afectação de alunos do 1º ciclo decidida pelo Ministério da Educação constitui uma base de partida para uma possível delimitação destes dois Territórios Educativos.

Apresenta-se no Quadro 3.1 uma análise baseada em balanços prospectivos (projeções para 2011) de oferta-procura (em número de alunos) para os 2º e 3º ciclos do ensino básico com base nos actuais Agrupamentos de

Escolas. Como pode observar-se, resulta uma distribuição bastante desequilibrada, com um número elevado de alunos previstos para o agrupamento Lourinhã-Litoral que inclusivamente ultrapassaria a capacidade da respectiva EB2,3 (Dr. João da Regras), resultando num saldo (balanço oferta-procura) negativo de 337 lugares.

Quadro 3.1 – Balanços Prospectivos (2º e 3º ciclos) para os actuais Agrupamentos de Escolas

Agrupamento de escolas		Procura em 2011 (nº de alunos)	Capacidade das E B 2,3	Balanço oferta-procura
Designação	Freguesias			
Lourinhã Litoral	Lourinhã (Menos E.B.1 de Capelas)	787	450	-337
	Moledo			
	Atalaia			
	São Bartolomeu dos Galegos			
Lourinhã Interior	Miragaia	320	450	130
	Moita dos Ferreiros			
	Marteleira			
	Reguengo Grande			
Ribamar	Santa Bárbara	350	450	100
	Vimeiro			
	Ribamar			
	(+ E.B.1 de Capelas)			

No sentido de corrigir aqueles desequilíbrios, propõe-se uma delimitação de Territórios Educativos em que um deles (designado por Lourinhã) abarcaria apenas a freguesia da sede do concelho e o outro as restantes freguesias (que designaremos por Atalaia e Interior) com excepção das abarcadas pelo Território Educativo de Ribamar. Como pode observar-se no Quadro 3.2 (semelhante ao anterior, mas para esta alternativa de delimitação dos Territórios Educativos), resulta uma distribuição mais equilibrada e sem saldos negativos.

Quadro 3.2 – Balanços Prospectivos (2º e 3º ciclos) para os Territórios Educativos Propostos

Território Educativo		Procura em 2011 (nº de alunos)	Capacidade das E B 2,3	Balanço oferta-procura
Designação	Freguesias			
Lourinhã	Lourinhã (Menos E.B.1 de Capelas)	622	450	-172
Atalaia e Interior	Miragaia	485	450	-35
	Moita dos Ferreiros			
	Marteleira			
	Reguengo Grande			
	Moledo			
	Atalaia			
Ribamar	São Bartolomeu dos Galegos	350	450	100
	Santa Bárbara			
	Vimeiro			
	Ribamar (+ E.B.1 de Capelas)			

Deste modo, considera-se o concelho da Lourinhã dividido em três Territórios Educativos (Ribamar, Lourinhã e Atalaia e Interior), cujas abrangências geográficas se representam na Carta 1. Os Quadros 3.3 a 3.5 apresentam os estabelecimentos escolares integrados em cada um destes territórios, bem como as respectivas populações escolares (com base no número de alunos matriculados em 2005/2006, com excepção dos JI privados para os quais se considerou o número de crianças matriculadas em 2003/04 por ausência de dados mais actuais).

Quadro 3.3 – Caracterização do Territórios Educativo da Lourinhã

Nível de Ensino	Estabelecimentos	Natureza	Capacidade		Nº alunos 2005/06
			Salas	Alunos	
Pré-escolar	E.B.1/J.I. Casal Novo	Lourinhã	1	20	22
	E.B.1/J.I. Praia de Areia Branca	Lourinhã	1	20	20
	E.B.1/J.I. Seixal	Lourinhã	1	20	22
	E.B.1/J.I. Sobral	Lourinhã	1	20	9
	E.B.1 Abelheira/Polo Itinerante	Lourinhã	1	20	10
	E.B.1 Zambujeira/Polo Itinerante	Lourinhã	1	20	5
	J.I. Lourinhã nº 1	Lourinhã	2	40	40
	J.I. Lourinhã nº 2	Lourinhã	1	20	50
	J.I. Santa Casa da Misericórdia*	IPSS	6	120	74
	J.I. O Petiz*	IPSS	2	40	50
Total Pré-escolar			17	340	302
1º Ciclo	E.B.1 Abelheira/Polo Itinerante	Lourinhã	1	23	7
	E.B.1/J.I. Casal Novo	Lourinhã	1	23	33
	E.B.1 Lourinhã	Lourinhã	6	138	256
	E.B.1 Lugar de Areia Branca	Lourinhã	2	46	9
	E.B.1 Nadrupe	Lourinhã	1	23	11
	E.B.1/J.I. Praia de Areia Branca	Lourinhã	2	46	33
	E.B.1/J.I. Seixal	Lourinhã	3	69	32
	E.B.1/J.I. Sobral	Lourinhã	2	46	22
	E.B.1 Toxofal	Lourinhã	1	23	8
	E.B.1 Zambujeira/Polo Itinerante	Lourinhã	2	46	24
Total 1º ciclo			21	483	435
2º e 3º Ciclo	E.B. 2 3 D. João das Regras	Público	19	456	553
Soma para todos os níveis de educação e ensino				1.279	1.290

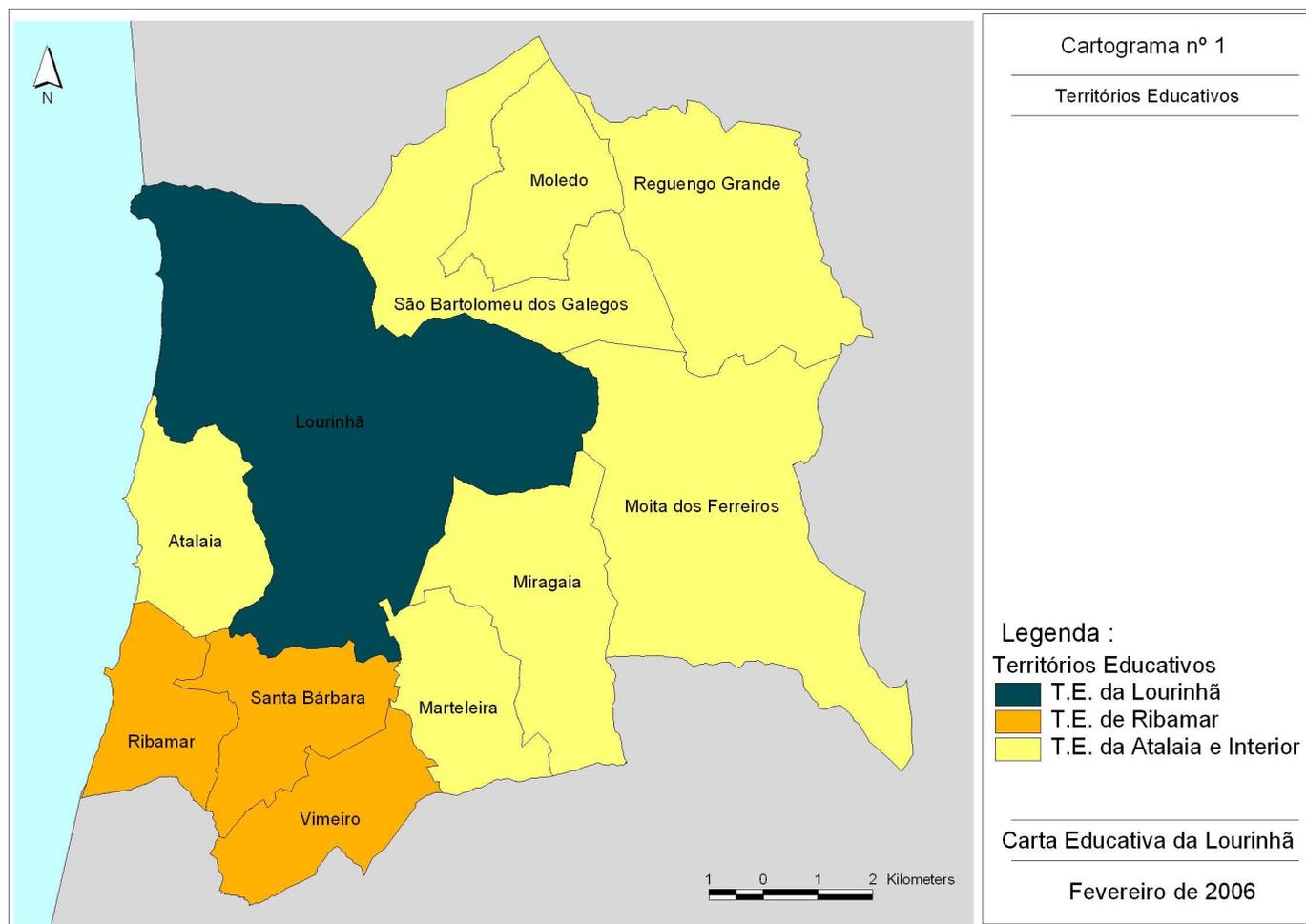
Quadro 3.4 – Caracterização do Territórios Educativo de Atalaia e Interior

Nível de Ensino	Estabelecimentos	Natureza	Capacidade		Nº alunos 2005/06
			Salas	Alunos	
Pré-escolar	E.B.1/J.I. Miraçaia	Público	1	20	25
	E.B.1/J.I. Moita dos Ferreiros	Público	2	40	42
	E.B.1/J.I. Reguengo Grande	Público	2	40	44
	J.I. Cabeça Gorda	Público	1	20	22
	J.I. Ribeira dos Palheiros	Público	1	20	25
	E.B.1/J.I. Atalaia	Público	2	40	37
	E.B.1/J.I. Moledo	Público	1	20	25
	E.B.1/J.I. São Bartolomeu	Público	1	20	25
	J.I. da Casa do Povo Marteleira*	IPSS	3	60	76
	Total Pré-escolar			14	280
1º Ciclo	E.B.1 Cabeça Gorda	Público	4	92	56
	E.B.1 Marteleira	Público	2	46	79
	E.B.1/J.I. Miraçaia	Público	1	23	31
	E.B.1/J.I. Moita dos Ferreiros	Público	6	138	60
	E.B.1 Papagovas	Público	2	46	11
	E.B.1/J.I. Reguengo Grande	Público	2	46	48
	E.B.1 Ribeira dos Palheiros	Público	2	46	27
	E.B.1/J.I. Atalaia	Público	3	69	39
	E.B.1 Cabaceira	Público	1	23	11
	E.B.1/J.I. Moledo	Público	2	46	38
	E.B.1 Paços	Público	2	46	16
	E.B.1/J.I. São Bartolomeu	Público	2	46	19
	Total 1º ciclo			29	667
2º e 3º Ciclos	E.B. 2 3 D. A. Rodrigues Pereira	Público	18	432	564
Soma para todos os níveis de educação e ensino				1.379	1.320

Quadro 3.5 – Caracterização do Territórios Educativo de Ribamar

Nível de Ensino	Estabelecimentos	Natureza	Capacidade		Nº alunos 2005/06
			Salas	Alunos	
Pré-escolar	E.B.1/J.I. Ventosa	Público	1	20	19
	Centro Infantil de Ribamar*	Público	2	40	60
	J.I. Ribamar	Ribamar	2	40	40
	J.I. Marquiteira	Público	1	15	20
	J.I. Vimeiro	Público	1	18	25
	Total Pré-escolar			7	133
1º Ciclo	E.B.1 Capelas	Público	2	46	27
	E.B.1 Marquiteira	Público	2	46	31
	E.B.1 Ribamar	Público	3	69	108
	E.B.1 Toledo	Público	1	23	11
	E.B.1/J.I. Ventosa	Público	1	23	13
	E.B.1 Vimeiro	Público	2	46	18
	Total 1º ciclo			11	253
2º e 3º Ciclos	E.B. 2 3 de Ribamar	Público	18	432	296
Soma para todos os níveis de educação e ensino				818	668

Carta 1 – Delimitação de Territórios Educativos



4. Diagnóstico Prospectivo

Apresenta-se neste capítulo um diagnóstico prospectivo, baseado em balanços prospectivos (para o ano de 2011) de oferta-procura de educação e ensino. As estimativas desta procura, para a educação pré-escolar e diferentes níveis de ensino são baseadas nas projecções demográficas apresentadas em relatório anterior (Módulo II.1 da Fase II). Aqueles balanços prospectivos permitem identificar as debilidades da rede escolar actual e, conjuntamente com os elementos de diagnóstico apresentados em relatório anterior (Módulo II.2 da Fase II, dedicado à caracterização da situação actual do sistema educativo do concelho), servem como elementos de sustentação do programa de actuações que será apresentado nos capítulos seguintes.

4.1. A Educação pré-escolar

Apresenta-se no Quadro 4.1 um balanço prospectivo (para 2011) de oferta-procura de educação pré-escolar, a nível do concelho e com decomposição por freguesia. Naquele quadro, para além da procura projectada para 2011 (em número de crianças, para uma cobertura integral da população residente com idades entre os 3 e os 5 anos), são indicadas as capacidades (também em número de crianças) da rede de Jardins de Infância públicos e da rede total (contemplando também a oferta das IPSS), na situação actual. Indicam-se as capacidades máximas dos Jardins de Infância (considerando uma capitação de 25 crianças por sala de actividade existente, excepto quando nos inquéritos realizados às escolas estas indicaram uma capacidade por sala inferior àquele valor) e também a capacidade recomendável (considerando uma capitação de 20 crianças por sala de actividade, ou valor inferior indicado nos inquéritos).

Quadro 4.1 – Balanço prospectivo (para 2011) de oferta-procura de educação pré-escolar (rede actual)

Freguesia	Procura 2011 (nº crianças)	Capacidade (nº de crianças)				Balanço Oferta-Procura			
		Só Rede Pública		Rede Total		Só Rede Pública		Rede Total	
		Recomem.	Máxima	Recomem.	Máxima	Recomem.	Máxima	Recomem.	Máxima
Lourinhã	328	180	218	340	406	-148	-110	12	78
Miragaia	39	40	50	40	50	1	11	1	11
Moita dos Ferreiros	44	40	50	40	50	-4	6	-4	6
Moledo	9	20	25	20	25	11	16	11	16
Reguengo Grande	44	40	50	40	50	-4	6	-4	6
Santa Bárbara	35	35	35	35	35	0	0	0	0
São Bartolomeu dos Galegos	30	20	25	20	25	-10	-5	-10	-5
Vimeiro	62	18	18	18	18	-44	-44	-44	-44
Marteleira	48	20	25	80	100	-28	-23	32	52
Ribamar	76	40	50	40	50	-36	-26	-36	-26
Atalaia	39	40	50	40	50	1	11	1	11
Total Concelho	754	493	596	713	859	-261	-158	-41	105

Como pode observar-se no Quadro 4.1, projecta-se um défice de oferta global (a nível do concelho) para a capacidade recomendável da ordem das 41 vagas, agravando-se esta situação deficitária caso se considere apenas a rede pública.

A nível de freguesia, projectam-se situações deficitárias (para a capacidade recomendável):

- i) de forma mais aguda, nas freguesias de Vimeiro, Ribamar e, em menor grau, S. Bartolomeu dos Galegos, défices estes que não são superados mesmo quando se considera a capacidade máxima dos J.I. respectivos;
- ii) nas freguesias de Moita dos Ferreiros e Reguengo Grande, embora superáveis caso se considere a capacidade máxima dos J.I.

Convirá ainda referir que no levantamento realizado (ver relatório da Fase II) foram identificadas listas de espera nas freguesias de Miragaia, Marteleira e Lourinhã (nos J.I. públicos da sede do concelho), o que constitui um indício de sub-dimensionamento da oferta actual, bem como taxas de ocupação superiores a 100% nos J.I. de Vimeiro, Ribamar, Marquiteira e Ventosa.

4.2. O 1º Ciclo do Ensino Básico

Apresenta-se no Quadro 4.2 um balanço prospectivo (para 2011) de oferta-procura do 1º ciclo, a nível do concelho e com decomposição por freguesia, para a rede actual. A capacidade máxima indicada no quadro considera uma captação de 25 alunos por sala de aula existente, enquanto que para a capacidade recomendável se considerou 23 alunos por sala (em qualquer caso foi aplicada a capacidade indicada nos inquéritos às escolas quando esta é inferior a qualquer daqueles dois parâmetros).

Quadro 4.2. – Balanço prospectivo (2011) de oferta-procura de ensino de 1º ciclo

Freguesia	Procura 2011 (nº alunos)	Capacidade (nº de alunos)		Balanço Oferta-Procura	
		Recomendável	Máxima	Recomendável	Máxima
Lourinhã	500	521	555	21	55
Miragaia	81	103	105	22	24
Moita dos Ferreiros	76	138	150	62	74
Moledo	13	46	48	33	35
Reguengo Grande	74	46	50	-28	-24
Santa Bárbara	82	60	60	-22	-22
São Bartolomeu dos Galegos	50	92	96	42	46
Vimeiro	89	66	70	-23	-19
Marteleira	64	138	146	74	82
Ribamar	116	138	150	22	34
Atalaia	65	89	92	24	27
Total Concelho	1211	1437	1522	226	311

Como pode observar-se, projecta-se para 2011 um significativo excesso de capacidade a nível do concelho, o que aliás já se verifica actualmente (taxa de ocupação global da ordem dos 74% em 2003/04). Ainda assim, projectam-se para 2011 situações deficitárias nas freguesias de Reguengo Grande (cuja EB1 apresentou uma

situação de sobrelotação em 2003/04) e de Vimeiro e Santa Bárbara (cujas EB1 não têm, no entanto, as suas capacidades esgotadas em 2003/04).

No entanto, estes balanços realizados a nível de freguesia poderão escamotear situações deficitárias da oferta a nível de aglomerado urbano. Na verdade, constataram-se em 2003/04 situações de sobrelotação significativa nas EB1 de Marteleira (taxa de ocupação de 170%) e da Lourinhã (taxa de ocupação de 178%), para além do já referido caso de Reguengo Grande.

O caso da sede do concelho merecerá uma análise mais fina uma vez que o excesso de capacidade em outras escolas da freguesia da Lourinhã escamoteia a situação já hoje claramente deficitária da oferta da única EB1 existente na vila.

Para fazer uma projecção da procura de ensino de 1º ciclo na sede do concelho para o ano de 2011 consideram-se vários cenários que abaixo se descrevem:

- ▷ **Cenário 1:** considerando que a procura de 1º ciclo em 2001 continuará a reflectir os rácios verificados em 2003/04 entre o número de alunos do 1º ciclo em escolas da sede do concelho e:
 - **Cenário 1 a)** – o número total de alunos do 1º ciclo na freguesia da Lourinhã (rácio igual a 53.2% em 2003/04);
 - **Cenário 1 b)** – o número total de alunos do 1º ciclo no concelho (rácio de 23.6% em 2003/04).

- ▷ **Cenário 2:** atendendo às tendências de concentração urbana que conduziram na última década a um aumento de 20% do peso da população na sede do concelho relativamente à população total do concelho, aplicou-se um factor de aumento de 20% dos rácios considerados nos dois cenários anteriores, conduzindo a:
 - **Cenário 2 a)** – rácio de 63.8% entre os números de alunos de 1º ciclo na sede do concelho e na freguesia da Lourinhã (projecção para 2011);
 - **Cenário 2 b)** – rácio de 28.3% entre os números de alunos na vila e no concelho (projecção para 2011).

Aplicando estes rácios às projecções para 2011 dos números de alunos do 1º ciclo na freguesia da Lourinhã (Cenários 1a e 2a) e no concelho (Cenários 1b e 2b), obtiveram-se as estimativas da procura de ensino de 1º ciclo na sede do concelho em 2011 que se apresentam no Quadro 4.3. Este quadro reflecte o balanço prospectivo (para 2011) de oferta-procura de 1º ciclo na sede do concelho para a rede actual (uma só escola, com 6 salas de aula).

Como pode observar-se, projectam-se claros défices de capacidade (aliás, já hoje constatáveis), sendo o número de salas de aula necessárias para dar cobertura à procura projectada indicado na última coluna do Quadro 4.3. Este número de salas oscila entre um mínimo de 12 (para os Cenários 1a e 1b que correspondem a projecções conservadoras) e um máximo de 14 a 15 salas (para os Cenários 2a e 2b, os quais procuram reflectir as tendências de concentração urbana verificadas na década passada).

Quadro 4.3. – Balanço prospectivo (2011) de oferta-procura de 1º ciclo na sede do concelho

Cenário	Procura 2011 (nº alunos)	Capacidade actual (nº alunos)	Balanço	Nº de salas necessárias
1 a)	266	138	-128	12
1 b)	285	138	-147	12
2 a)	319	138	-181	14
2 b)	343	138	-205	15

4.3. Os 2º e 3º ciclos do Ensino Básico

Verificaram-se discrepâncias de valores de capacidades das duas EB2, 3 da sede do concelho indicadas pela DREL (e que corresponderão às tipologias originais destas escolas) e pelas escolas nos inquéritos realizados (e que corresponderão à experiência de gestão das mesmas) – ver Quadro 4.4.

Quadro 4.4. – Capacidades das EB2, 3 indicadas pela DREL e pelas escolas

Escola	Alunos por turma	Capacidade (turmas)		Capacidade (alunos)	
		Escolas	DREL	Escolas	DREL
E.B.2,3 Ribamar	25	18	18	450	450
E.B. 2,3 Dr. Afonso Rodrigues Pereira	25	24	18	600	450
E.B. 2,3 Dr. João das Regras	25	27	18	675	450
Total do concelho	25	69	54	1725	1350

No balanço prospectivo de oferta-procura de ensino de 2º e 3º ciclos (ver Quadro 4.5) optou-se por apresentar os dois valores de capacidade (e os balanços respectivos), sendo indicados entre parêntesis os valores fornecidos pelas escolas. Os balanços são apresentados a nível de concelho e para uma decomposição entre o Território Educativo de Ribamar e o restante do concelho.

Quadro 4.5. – Balanço prospectivo (2011) de oferta-procura de 2º e 3º ciclos

Território educativo	Ciclo	Procura 2011	Capacidade		Balanço Oferta-Procura	
			Recomendável	Máxima	Recomendável	Máxima
Ribamar	2º	139	450	504	99	153
	3º	212				
Restante Lourinhã	2º	414	900 (1275)	1008 (1428)	-206 (+169)	-98 (+322)
	3º	692				
Total Concelho	2º	553	1350 (1725)	1512 (1932)	-107 (+55)	55 (475)
	3º	904				

Como pode constatar-se no Quadro 4.5, e caso se considerem as capacidades indicadas pela DREL, projectam-se défices de capacidade a nível do concelho e na vila da Lourinhã, quer para a capacidade recomendável (25 alunos por turma), quer para a máxima (28 alunos por turma). No entanto, em qualquer caso haverá folgas de capacidade caso se considerem os valores de capacidade indicados pelas escolas nos inquéritos.

Deste modo, assumindo que a experiência de gestão das escolas indicia situações de operação toleráveis e atendendo a que, para os dados fornecidos pelas escolas, se projectam folgas não desprezáveis relativamente à capacidade máxima, será de admitir que a rede de escolas de 2º e 3º ciclos existente dará cobertura à procura projectada para 2011.

4.4. O Ensino Secundário

As projecções para 2011 da procura de ensino de nível secundário apontam para cerca de 683 alunos, considerando já o alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos, conforme previsto no Programa de Governo, mas assumindo a manutenção dos níveis de retenção verificados no concelho em anos recentes.

A nova escola secundária, com uma tipologia de 30 turmas (a que correspondem cerca de 750 alunos, considerando 25 alunos por turma), permitirá acolher a procura projectada (em termos quantitativos) e ainda com alguma folga para acomodar níveis de retenção superiores aos actuais.

Adicionalmente, é expectável que o alargamento da escolaridade obrigatória gere procura de ofertas educativas de carácter profissionalizante que não sejam oferecidas pela escola secundária, o que provocará naturalmente uma redução da pressão sobre este estabelecimento de ensino. Em contrapartida, importará promover a diversidade das ofertas educativas, sendo neste enquadramento relevante ter presente a actual oferta da Casa Agrícola Rio Grande que proporciona uma formação profissional ao nível do ensino secundário.

Em síntese, com a entrada em funcionamento da nova escola secundária, não se projectam quaisquer défices de oferta, em termos quantitativos, a nível do secundário.

5. Vectores estratégicos de actuação

Face ao diagnóstico e análises prospectivas atrás apresentadas, propõe-se que as linhas de actuação sobre a rede escolar do concelho se organizem segundo vectores com uma dupla dimensão: por níveis de educação e ensino e segundo a divisão proposta dos Territórios Educativos, como se apresenta nos pontos seguintes.

5.1. Território Educativo de Ribamar: Requalificação e reforço das ofertas de pré-escolar e 1º ciclo

As actuações propostas abarcam:

- Integrar o 1º ciclo na EB 2,3 de Ribamar (actualmente sub-utilizada e presumivelmente com capacidade para acolher os cerca de 130 alunos de 1º ciclo previstos para 2011, isto é, cerca de 6 a 7 salas de aula) que se converteria deste modo numa Escola Básica Integrada (hipótese cuja viabilidade deverá ser estudada pela DREL).
- Construir o novo JI de Ribamar (com 4 salas de actividades) em terreno contíguo à actual EB 2,3.
- Construir um novo JI no Vimeiro, em terreno contíguo à actual EB1 (prever 2 salas de actividade) e concentrar a oferta de 1º ciclo e de educação pré-escolar da freguesia do Vimeiro nesta instalação.
- Construir um novo pólo de oferta de educação pré-escolar e 1º ciclo de Sta Bárbara (localização a estudar, entre Ventosa e Marquiteira), com 2 salas de Pré-escolar e 4 salas de 1º ciclo.
- Manutenção a curto prazo do JI de Ventosa e EB1 de Capelas, sendo estas desactivadas a médio prazo, e os (potencias) alunos respectivos integrados no novo pólo de Sta Bárbara e na EB1/JI de Casal Novo (TE da Lourinhã).
- Encerramento das restantes EB1 e JI deste Território Educativo actualmente existentes.

Apresentam-se no Quadro 5.1 os balanços prospectivos (projeções para 2011) de oferta-procura que resultariam das actuações propostas (cenário de médio prazo).

Quadro 5.1 – Balanços oferta-procura (2011)-Território Educativo de Ribamar

Nível de Ensino	Estabelecimentos	Natureza	Capacidade		2011	
			Salas	Alunos	Procura	Balanço
Pré-escolar	Novo J.I. de Ribamar	Pública	4	80	173	27
	Novo EB1/JI de Sta Bárbara	Pública	2	40		
	J.I. Vimeiro	Pública	2	40		
	Centro Infantil de Ribamar	MTSS	2	40		
	Total Pré-escolar			10	200	173
1º ciclo	Novo EB1/JI de Sta Bárbara	Pública	4	92	287	12
	E.B.I. de Ribamar	Pública	7	161		
	E.B.1 Vimeiro	Pública	2	46		
	Total 1º ciclo			13	299	287
2º e 3º Ciclos	E.B.I. de Ribamar	Pública	18	450	350	100

Pode observar-se no Quadro 5.1 uma cobertura integral da procura projectada para 2011. No entanto, convirá sublinhar que as estimativas da procura de ensino assentam em projecções demográficas que poderão pecar por excessivo optimismo neste Território Educativo, particularmente no caso da freguesia do Vimeiro, que importa monitorizar no futuro. Por exemplo, para o ano lectivo de 2006/07, o total de alunos do 1º ciclo a frequentar as escolas do Agrupamento de Ribamar é de 216 alunos (e foi de 208 alunos no ano de 2005/06), populações escolares inferiores à projectada para 2011. De referir ainda que a folga de capacidade para o 2º/3º ciclos da EB2,3 de Ribamar seria totalmente absorvida pela integração do 1º ciclo nesta escola, sendo até provável a necessidade de ampliação da escola, particularmente se vier a revelar-se necessário acomodar 7 salas de aula de 1º ciclo.

5.2. Território Educativo de Atalaia e Interior: Reordenamento e requalificação das ofertas de pré-escolar e 1º ciclo

As actuações propostas abarcam:

- Construção de uma nova EB1/JI da Marteleira, integrando o 1º ciclo (5 salas de aula) e Jardim de Infância (2 salas de actividades).
- Ampliação da EB1 de Reguengo Grande para integração de JI (em fase de construção).
- Ampliação da EB1 de S. Bartolomeu para integração de JI (projecto já elaborado e em fase de concurso para construção).
- Suspensão da EB1 de Papagovas (11 alunos em 2005/06), com deslocação dos alunos para a EB1 de Miragaia. Desenvolver os estudos de ampliação desta escola de forma a ficar com três salas de 1º ciclo e duas de Pré-escolar.
- Desactivação da EB1 de Cabaceira (11 alunos em 2005/06), sendo os alunos respectivos integrados na EB1 da Atalaia com a utilização das 4 salas desta última.
- Eventual construção de JI em terreno contíguo à EB1 de Moledo (a médio prazo, em função das evoluções demográficas e da procura de ensino que importa monitorizar - numa 1ª fase adaptação de uma das salas de 1º Ciclo para o Pré-escolar).
- Encontrar novas instalações para o JI de Ribeira dos Palheiros (eventualmente construção em terreno contíguo à actual EB1).
- Requalificação (beneficiação de instalações) da EB1/JI de Cabeça Gorda.

Apresentam-se no Quadro 5.2 os balanços prospectivos (projecções para 2011) de oferta-procura que resultariam das actuações propostas, podendo observar-se um algum desequilíbrio entre capacidade das escolas e procura de ensino prevista (excessos de capacidade), com excepção dos 2º e 3º ciclos. Em função das dinâmicas demográficas e da procura de ensino, que importa monitorizar, poderá no futuro revelar-se recomendável levar mais longe a tendência de concentração da oferta de 1º ciclo, desactivando escolas com frequências mais reduzida. A eventual construção, no médio-longo prazo, de uma nova Escola Básica Integrada em Miragaia poderia favorecer este reordenamento da rede.

Não é por demais sublinhar que as actuações preconizadas para este Território Educativo, tal como para os outros dois, têm como objectivos nomeadamente encontrar, a prazo, soluções equilibradas de oferta-procura a nível do concelho, racionalizando a utilização de recursos educativos e promovendo a melhoria das condições pedagógicas, de sociabilização e desenvolvimento integral das crianças. Neste sentido, importa reforçar dos mecanismos de funcionamento em rede e de articulação entre as escolas, no âmbito dos Agrupamentos respectivos, no sentido de

apoiar as escolas de menor dimensão e com menores recursos e de combater o isolamento dos seus alunos e professores.

Adicionalmente, convirá ter presente que as escolas, nomeadamente as de 1º ciclo, com frequências mais reduzidas contribuem naturalmente para o excesso de capacidade global que os diagnósticos realizados identificaram. As projecções demográficas não apontam no sentido da superação desta situação pelo aumento futuro da procura; pelo contrário, é expectável que as dinâmicas demográficas e sociológicas tendam a agravar esta situação de rarefacção da procura nas escolas e freguesias mais pequenas.

Deste modo, julga-se que, a prazo, deverá encarar-se como recomendável desactivar escolas que apresentem um número reduzido de alunos, concentrando a oferta de 1º ciclo na sede do concelho e em outros pólos urbanos mais importantes e reforçando a Acção Social Escolar, nomeadamente nas vertentes de transporte escolar e de serviço de refeições para as crianças deslocadas. Neste sentido, recomenda-se uma monitorização das evoluções demográficas e da procura de ensino que antecipe estas situações e permita a adopção atempada das medidas adequadas.

No que se refere aos 2º e 3º ciclos, o ligeiro défice projectado (para a capacidade nominal da escola indicada pela DREL-18 turmas) seria superado caso se considerasse a capacidade indicada pela escola (24 turmas).

Quadro 5.2 – Balanços oferta-procura (2011)-Território Educativo de Atalaia e Interior

Nível de Ensino	Estabelecimentos	Natureza	Capacidade		2011	
			Salas	Alunos	Procura	Balanço
Pré-escolar	EB1/J.I. de Miragaia	Pública	2	40	253	107
	E.B.1/J.I. Moita dos Ferreiros	Pública	2	40		
	E.B.1/J.I. Reguengo Grande	Pública	2	40		
	J.I. Cabeça Gorda	Pública	1	20		
	J.I. Ribeira dos Palheiros	Pública	1	20		
	E.B.1/J.I. Atalaia	Pública	2	40		
	E.B.1/J.I. Moledo	Pública	1	20		
	E.B.1/J.I. São Bartolomeu	Pública	2	40		
	Novo J.I. / EB1 Marteleira	Pública	2	40		
	J.I. da Casa do Povo Marteleira	IPSS	3	60		
Total Pré-escolar			18	360	253	107
1º Ciclo	E.B.1 Cabeça Gorda	Pública	4	92	424	289
	Novo J.I. / EB1 Marteleira	Pública	5	115		
	EB1/JI de Miragaia	Pública	3	69		
	E.B.1/J.I. Moita dos Ferreiros	Pública	6	138		
	E.B.1/J.I. Reguengo Grande	Pública	4	92		
	E.B.1 Ribeira dos Palheiros	Pública	2	46		
	E.B.1/J.I. Atalaia	Pública	4	92		
	E.B.1/J.I. Moledo	Pública	1	23		
	E.B.1/J.I. São Bartolomeu	Pública	2	46		
Total 1º ciclo			31	713	424	289
2º e 3º Ciclos	E.B. 2,3 Dr. A. Rodrigues Pereira	Pública	18	450	485	-35

5.3. Território Educativo da Lourinhã: Reordenamento e requalificação das ofertas de pré-escolar e 1º ciclo

Face às actuais debilidades das ofertas de Pré-escolar e 1º ciclo na sede do concelho, entendeu-se adequado destacar as actuações visando a superação desta situação das que têm como objecto a parte restante deste Território Educativo.

5.3.1. Requalificação e reforço das ofertas de pré-escolar e 1º ciclo na sede do Concelho

Visando suprir as carências actuais e futuras das ofertas de Pré-escolar (rede pública do ME) e de 1º ciclo na sede do concelho, propõe-se a requalificação e reforço destas ofertas. Para tal, e sob o ponto de vista infraestrutural, as actuações previstas são:

- Reversão e beneficiação das instalações da antiga escola secundária para acolher o Pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico:
 - ✓ Para o 1º ciclo, as instalações deverão ser preparadas para receber um mínimo de 12 turmas (em horário normal), embora prevendo a possibilidade de ampliação até às 15 turmas (necessidade a monitorizar, em função das dinâmicas demográficas e da procura de ensino).
 - ✓ Para o Pré-escolar, prever um mínimo de 4 salas de actividades, o que permitiria manter a oferta actual com o reforço de mais 1 sala para acolher ao menos parcialmente a actual lista de espera. No entanto, é de sublinhar que o dimensionamento da oferta da rede pública (do Ministério da Educação) depende de opções políticas que atendam à complementaridade de outras ofertas (nomeadamente das IPSS) existentes na sede do concelho.
- Desactivação as actuais EB1 da Lourinhã e J.I. nº 1 e nº 2 da Lourinhã, libertando estas instalações para outro tipo de uso.

Com as actuações propostas, procura-se assegurar uma cobertura adequada da procura de ensino na sede do concelho, como se mostra nos Quadros 5.3 e 5.4.

Quadro 5.3 – Balanço oferta-procura de Educação Pré-escolar na sede do concelho

Estabelecimento	Natureza	Capacidade		Frequência/procura		Balanço		Taxa de ocupação	
		Salas de actividade	Nº de crianças	2003/4	2011	2003/4	2011	2003/4	2011
JI da Lourinhã (novo)	Público	4	80	76	214	-	+54	-	80%
JI Sta Casa Misericórdia	IPSS	6	144	70		+74		49%	
J.I. O Petiz	IPSS	2	44	48		-4		109%	
Total na sede do concelho		12	268	194	214	-	+54	-	80%

No caso do J.I. público (novas instalações), admitiu-se 20 crianças por sala de actividade e, para os restantes J.I., as capacidades indicadas nos inquéritos a estes estabelecimentos. Para estimar a procura em 2011, admitiu-se que se manteria o rácio verificado em 2003/4 entre frequências de JI na sede do concelho e no total dos JI da freguesia da Lourinhã (cerca de 65% em 2003/04), que se aplicou à projecção para 2011 da procura de pré-escolar na freguesia da Lourinhã (328 crianças). Esta estimativa da procura de pré-escolar na sede do concelho em 2011 é provavelmente conservadora face às dinâmicas demográficas de concentração da população na sede do concelho (crescimento de 20% do peso da sede no total da população do concelho na última década) e ainda

à crescente concentração do emprego na sede do concelho, com as crianças, particularmente as de mais tenra idade, a acompanharem os pais nas deslocações casa-trabalho.

Deste modo, não seria descabido admitir, numa perspectiva menos conservadora, um acréscimo da ordem dos 20% da estimativa de procura para 2011, isto é, para cerca de 256 crianças no pré-escolar na sede do concelho. Nestas circunstâncias, a folga de capacidade indicada no Quadro 5.3 (54 vagas) seria praticamente absorvida por este acréscimo de procura. E não é por demais sublinhar que aquele excesso de capacidade resulta, como pode observar-se no Quadro 5.3, da capacidade do J.I. da Santa Casa da Misericórdia (6 salas de actividade, ou 144 crianças) que, em 2003/04, esteve longe de se esgotar (taxa de ocupação de apenas 49%), enquanto que os J.I. da rede pública apresentaram uma lista de espera da ordem das 26 crianças.

No que se refere ao 1º ciclo do ensino básico (ver Quadro 5.4), as acções propostas dariam cobertura à estimativa conservadora da procura de ensino (Cenário 1a) apresentado na secção 4.2 e que corresponde às hipóteses atrás enunciadas a propósito do pré-escolar). Também neste caso se aplicam as considerações feitas a propósito do pré-escolar sobre as tendências de concentração de população e emprego na sede do concelho e, consequentemente, da procura de ensino. Para o Cenário 2b) de procura de 1º ciclo na sede do concelho (ver secção 4.2), a procura poderia em 2011 crescer até cerca de 340 alunos, o que requereria uma capacidade de 15 turmas na nova EB1, hipótese que deve ser acautelada, como atrás recomendado.

Quadro 5.4– Balanço oferta-procura de 1º ciclo na sede do concelho

Estabelecimento	Capacidade		Frequência 2003/04	Procura 2011 (Cenário 1a)	Balanço 2011 (alunos)	Taxa de ocupação (2011)
	Salas de aula	Nº de alunos				
EB1 da Lourinhã (nova)	12	276	267	266	+10	96%

5.3.2. Reordenamento e requalificação das ofertas de pré-escolar e 1º ciclo no restante do Território Educativo da Lourinhã

As actuações propostas para a parte restante do Território Educativo da Lourinhã abarcam:

- Construir um pólo de oferta de 1º ciclo (6 salas de aula, que constituiria uma 1ª fase do projecto) e de educação pré-escolar (com 4 salas de JI, constituindo a 2ª fase do projecto) no Seixal, por ampliação da escola actual e expansão para terreno anexo (a negociar), concentrando a oferta actualmente dispersa pelas actuais EB1/JI da Praia da Areia Branca, Seixal, Abelheira, Zambujeira e Lugar da Areia Branca e que seriam desactivadas. Enquanto a 2ª fase do pólo do Seixal não esteja concluída, e com carácter transitório, a EB1/JI da Praia da Areia Branca manteria uma oferta de pré-escolar (até 3 salas de actividades, complementando a oferta que seja possível instalar no pólo do Seixal) sendo posteriormente reconvertida para outros usos (creche, por exemplo);
- Desactivação das EB1 de Toxofal (11 alunos em 2005/06) e Nadrupe (8 alunos em 2005/06), deslocando os alunos para a nova EB1 da Lourinhã;
- A médio prazo, e em função das dinâmicas demográficas e da procura de ensino (a monitorizar), avaliar conveniência de desactivar a EB1 do Sobral (22 alunos em 2005/06), deslocando alunos para a nova EB1 da Lourinhã;

- Desactivação da EB1 da Abelheira (7 alunos em 2005/06) , sendo os alunos respectivos colocados transitoriamente na EB1 da Zambujeira (24 alunos em 2005/06). Em contrapartida, desactivar JI da Zambujeira (5 crianças em 2005/06), sendo as crianças respectivas colocados transitoriamente no JI da Abelheira (10 crianças em 2005/06). A médio/longo prazo, integrar estas crianças no referido pólo a criar no Seixal.

Apresentam-se no Quadro 5.5 os balanços prospectivos (projectões para 2011) de oferta-procura que resultariam das actuações propostas para o conjunto deste Território Educativo, podendo observar-se um razoável equilíbrio entre capacidade das escolas e procura de ensino prevista, com excepção uma vez mais dos 2º e 3º ciclos. No entanto, e tal como discutido no capítulo 4, o défice projectado (para a capacidade nominal da escola indicada pela DREL-18 turmas) seria superado caso se considerasse a capacidade indicada pela escola (27 turmas).

É razoável admitir que o défice de oferta de 1º ciclo projectado para fora da sede do concelho (50 lugares) não chegue realmente a verificar-se face à polarização da sede do concelho, quer através das dinâmicas de concentração urbana, quer porque haverá um número não desprezável de crianças que acompanharão os pais com empregos na vila da Lourinhã, tendo-se para isso previsto alguma folga de capacidade na sede do concelho para acomodar essa procura adicional. De qualquer modo, importará no futuro monitorizar esta situação.

Quadro 5.5 – Balanços oferta-procura (2011)-Território Educativo da Lourinhã

Nível de Ensino	Estabelecimentos	Natureza	Capacidade		2011	
			Salas	Alunos	Procura	Balanço
	E.B.1/J.I. Casal Novo	Pública	2	40	114	5
	Novo EB1/J.I. Seixal	Pública	4	80		
	Novo EB1/J.I. da Lourinhã	Pública	5	100	214	74
	J.I Santa Casa da Misericórdia	IPSS	6	144		
	J.I. O Petiz	IPSS	2	44		
Total Pré-escolar			19	408	328	80
1º Ciclo	E.B.1/J.I. Casal Novo	Pública	2	46	234	-50
	Novo EB1/J.I. Seixal	Pública	6	138		
	Novo JI / EB1 da Lourinhã	Pública	15	345	266	79
	Total 1º ciclo			23	529	500
2º e 3º Ciclos	E.B. 2 3 Dr. João das Regras	Pública	18	450	622	-172

5.4. Rede escolar de 2º e 3º ciclos

No curto prazo, não são propostas medidas de fundo relativamente à rede de equipamentos de 2º e 3º ciclos. Ainda assim, as projecções da procura de ensino para 2011 apontam no sentido do esgotamento da capacidade das duas EB2,3 da sede do concelho para as capacidades indicadas pela DREL (18 turmas, em ambos os casos), mas sem esgotar as capacidades indicadas pelas escolas nos inquéritos realizados (ver diagnóstico prospectivo, secção 4.3).

No médio/longo prazo, julga-se de encarar a possibilidade de construir uma Escola Básica Integrada (EBI, eventualmente com Jardim de Infância) em Miragaia, a qual passaria a funcionar como escola nuclear do Território Educativo de Atalaia e Interior, e com desactivação de uma das EB2,3 localizadas na sede do concelho. Esta solução teria associadas várias virtualidades de entre as quais se destacam:

- Descongestionamento da sede do concelho, deslocalizando uma oferta que possa dar resposta adequada à procura de ensino de 2º e 3º ciclos sem esgotamento de capacidade da rede futura e evitando os estrangulamentos de capacidade projectados para a rede actual.
- Obstar aos problemas de manutenção das instalações da EB2,3 D. João das Regras cuja vida útil esperada já se encontra esgotada e que tenderão a agravar-se no futuro.
- Contribuir para o reordenamento da rede de 1º ciclo no Território Educativo da Atalaia e Interior, com maior concentração (e requalificação) da oferta nesta EBI.

5.5. Reforço das ofertas de secundário

A construção e entrada em funcionamento da nova escola secundária permitem superar os problemas e estrangulamentos associados às antigas instalações identificados no relatório de caracterização e diagnóstico da situação actual.

Como ilustrado no diagnóstico prospectivo (ver secção 4.4), a capacidade da nova escola secundária deverá dar cobertura, em termos quantitativos, à procura deste nível de ensino projectada para 2011, mesmo admitindo a implementação da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, tal como previsto no Programa do actual Governo. Adicionalmente, o terreno onde a nova escola secundária está implantada admite ampliações de capacidade, caso tal se venha a revelar necessário.

Superados os problemas infraestruturais, importará promover a diversidade das ofertas educativas ao nível do secundário, particularmente nas vertentes vocacionais/profissionalizantes tendo em vista o alargamento da escolaridade obrigatória. Não é por demais sublinhar que este alargamento levanta óbvias dificuldades num concelho em que um número considerável de jovens não prossegue estudos após o 9º ano. É, portanto, crucial criar novas opções para os jovens do concelho da Lourinhã, mais ajustadas ao seu perfil e expectativas/motivações e contribuindo para a elevação das qualificações da população e mais fácil integração no mundo do trabalho.

Para além da ampliação do leque de opções na nova escola secundária, importaria promover o acesso a outros tipos de ofertas educativas de nível secundário, nomeadamente de carácter profissionalizante. Não sendo viável implantar em cada município uma oferta diversificada e abrangente deste tipo de saídas, seria de toda a conveniência desenvolver mecanismos de cooperação entre municípios vizinhos e envolvendo outros actores (como associações profissionais e empresarias, escolas profissionais, institutos politécnicos, etc.) no sentido de montar uma rede de ofertas, de carácter supra-municipal e de razoável abrangência geográfica, que esteja à altura do desafio que o alargamento da escolaridade obrigatória irá colocar no futuro próximo.

Ainda no que respeita à diversidade das ofertas educativas, convirá ter presente a existência no concelho de uma instituição com as características da Casa Agrícola Rio Grande que proporciona uma formação profissional ao nível do ensino secundário e um currículo alternativo para o 3º ciclo. Embora actualmente com uma reduzida captação de alunos entre os residentes no concelho, este é um tipo de oferta que interessará potenciar.

6. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO

Para operacionalização das actuações previstas no capítulo anterior na vertente infraestrutural e de equipamento, apresenta-se neste capítulo um plano de execução das mesmas, com as respectivas calendarização, estimativas de custos e entidades responsáveis, bem como propostas de medidas organizacionais e de reforço da oferta educativa.

Acção 1 – Conversão da EB 2,3 de Ribamar em Escola Básica Integrada

- ▷ **Descrição sumária:** Adaptação das instalações da EB 23 de Ribamar para Escola Básica Integrada. Remodelação/ampliação das instalações integrando o 1º Ciclo do Ensino Básico (7 salas de aula),
- ▷ **Prioridade:** Elevada
- ▷ **Calendário:** Agosto de 2008
- ▷ **Custo:** € 150.000,00
- ▷ **Financiamento:** No âmbito do programa dos Fundos Estruturais para a Educação (QCA – 2007/2013) tendo em vista os objectivos gerais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN – 2007/2013).
- ▷ **Entidade responsável:** Ministério da Educação e Câmara Municipal da Lourinhã.

Acção 2 – Construção do JI de Ribamar

- ▷ **Descrição sumária:** Instalação do JI de Ribamar (com 4 salas de actividades, sala polivalente e refeitório) em terreno contíguo à actual Esc. 2,3 de Ribamar
- ▷ **Prioridade:** Alta
- ▷ **Calendário:** Agosto de 2009
- ▷ **Custo:** € 800.000,00
- ▷ **Financiamento:** Câmara Municipal da Lourinhã, com co-financiamento no âmbito do programa dos Fundos Estruturais para a Educação (QCA – 2007/2013) tendo em vista os objectivos gerais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN – 2007/2013).
- ▷ **Entidade responsável:** Câmara Municipal da Lourinhã

Acção 3 – Construção do novo JI do Vimeiro – Pólo Escolar do Vimeiro EB1/JI

- ▷ **Descrição sumária:** Construção do novo JI do Vimeiro (com 2 salas de actividades, sala polivalente e refeitório) em terreno contíguo às instalações da EB1 do Vimeiro e remodelação das instalações da EB1
- ▷ **Prioridade:** Elevada
- ▷ **Calendário:** Agosto 2009
- ▷ **Custo:** € 800.000,00
- ▷ **Financiamento:** Câmara Municipal da Lourinhã, com co-financiamento no âmbito do programa dos Fundos Estruturais para a Educação (QCA – 2007/2013) tendo em vista os objectivos gerais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN – 2007/2013).
- ▷ **Entidade responsável:** Câmara Municipal da Lourinhã

Acção 4 – Construção da EB1/JI de Sta Bárbara – Pólo Escolar

- ▷ **Descrição sumária:** construção de JI e EB1 (com 2 salas de actividades de JI, 4 salas de aula de 1º ciclo, 1 sala polivalente, 1 refeitório) em terreno situado entre Ventosa e Marquiteira.
- ▷ **Prioridade:** Elevada
- ▷ **Calendário:** Agosto de 2009
- ▷ **Custo:** € 1. 220.000,00
- ▷ **Financiamento:** Câmara Municipal da Lourinhã, com co-financiamento no âmbito do programa dos Fundos Estruturais para a Educação (QCA – 2007/2013) tendo em vista os objectivos gerais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN – 2007/2013).
- ▷ **Entidade responsável:** Câmara Municipal da Lourinhã

Acção 5 – Ampliação e integração do JI nas Instalações das EB1 do Reguengo Grande – Pólo Escolar

- ▷ **Descrição sumária:** Ampliação e beneficiação das instalações da EB1 do Reguengo Grande (4 salas de aula), construção de um novo JI (2 salas de actividades, 1 sala polivalente), beneficiação do refeitório e dos espaços de recreio.
- ▷ **Prioridade:** Em construção
- ▷ **Calendário:** Agosto de 2007
- ▷ **Custo:** € 1.200.000,00
- ▷ **Financiamento:** Câmara Municipal da Lourinhã, com co-financiamento no âmbito do programa dos Fundos Estruturais para a Educação (QCA – 2007/2013) tendo em vista os objectivos gerais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN – 2007/2013).
- ▷ **Entidade responsável:** Câmara Municipal da Lourinhã

Acção 6 – Ampliação e integração do JI nas Instalações das EB1 de S. Bartolomeu dos Galegos - Pólo Escolar

- ▷ **Descrição sumária:** Ampliação e beneficiação das Instalações da EB1 de S. Bartolomeu dos Galegos com a construção de Jardim de Infância (2 salas de actividades, 1 sala polivalente, 1 refeitório), passando a EB1/JI.
- ▷ **Prioridade:** Elevada
- ▷ **Calendário:** Dezembro de 2007
- ▷ **Custo:** € 450.000,00
- ▷ **Financiamento:** Câmara Municipal da Lourinhã, com co-financiamento no âmbito do programa dos Fundos Estruturais para a Educação (QCA – 2007/2013) tendo em vista os objectivos gerais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN – 2007/2013).
- ▷ **Entidade responsável:** Câmara Municipal da Lourinhã

Acção 7 – Ampliação da EB1/JI de Miragaia

- ▷ **Descrição sumária:** Ampliação da EB1/JI (3 salas de aula de 1º ciclo, 2 salas de actividades de JI) e beneficiação do espaço de recreio.
- ▷ **Prioridade:** Alta
- ▷ **Calendário:** Agosto 2009
- ▷ **Custo:** € 1.000.000,00
- ▷ **Financiamento:** Câmara Municipal da Lourinhã, com co-financiamento no âmbito do programa dos Fundos Estruturais para a Educação (QCA – 2007/2013) tendo em vista os objectivos gerais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN – 2007/2013).
- ▷ **Entidade responsável:** Câmara Municipal da Lourinhã

Acção 8 – Ampliação, Adaptação ou Construção das Instalações da EB1/JI da Marteleira

- ▷ **Descrição sumária:** Ampliação (mais 3 salas de 1º Ciclo) e aquisição de novas instalações para o JI da Marteleira (com 2 salas de actividades), ou construção de novas instalações para a EB1 e JI da Marteleira (5 salas de 1º Ciclo, 2 salas de actividades de JI, 1 sala polivalente e refeitório)
- ▷ **Prioridade:** Muito Elevada
- ▷ **Calendário:** Agosto de 2008
- ▷ **Custo:** € 1.000.000,00
- ▷ **Financiamento:** Câmara Municipal da Lourinhã, com co-financiamento no âmbito do programa dos Fundos Estruturais para a Educação (QCA – 2007/2013) tendo em vista os objectivos gerais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN – 2007/2013).
- ▷ **Entidade responsável:** Câmara Municipal da Lourinhã

Acção 9 – Construção do JI de Ribeira de Palheiros

- ▷ **Descrição sumária:** construção de JI (1 sala de actividade, 1 sala polivalente, 1 refeitório) em terreno contíguo à actual EB1
- ▷ **Prioridade:** Elevada
- ▷ **Calendário:** Agosto 2009
- ▷ **Custo:** € 750 000,00
- ▷ **Financiamento:** Câmara Municipal da Lourinhã, com co-financiamento no âmbito do programa dos Fundos Estruturais para a Educação (QCA – 2007/2013) tendo em vista os objectivos gerais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN – 2007/2013).
- ▷ **Entidade responsável:** Câmara Municipal da Lourinhã

Acção 10 – Ampliação das instalações do JI e beneficiação da EB1 da Atalaia

- ▷ **Descrição sumária:** Ampliação do JI (1 sala polivalente, 1 refeitório) e beneficiação das instalações da EB1 da Atalaia (beneficiação das instalações sanitárias e do espaço de recreio).
- ▷ **Prioridade:** Muito Elevada
- ▷ **Calendário:** Dezembro de 2007
- ▷ **Custo:** € 170.000,00
- ▷ **Financiamento:** Câmara Municipal da Lourinhã, com co-financiamento no âmbito do programa dos Fundos Estruturais para a Educação (QCA – 2007/2013) tendo em vista os objectivos gerais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN – 2007/2013).
- ▷ **Entidade responsável:** Câmara Municipal da Lourinhã

Acção 11 – Ampliação e beneficiação do JI de Cabeça Gorda

- ▷ **Descrição sumária:** Obras de beneficiação do JI de Cabeça Gorda com a construção de uma sala polivalente e de um refeitório.
- ▷ **Prioridade:** em construção.

- ▷ **Calendário:** Setembro 2007
- ▷ **Custo:** € 250.000,00
- ▷ **Financiamento:** Câmara Municipal de Torres Vedras e Câmara Municipal da Lourinhã com co-financiamento no âmbito dos programas operacionais regionais tendo em vista os objectivos gerais do Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal.
- ▷ **Entidade responsável:** Câmara Municipal de Torres Vedras.

Accção 12 – Remodelação do JI de Moledo

- ▷ **Descrição sumária:** Reinstalação do JI de Moledo (uma sala de actividade) nas instalações da EB1 do Moledo
- ▷ **Prioridade:** Baixa
- ▷ **Calendário:** Agosto 2009
- ▷ **Custo:** a definir
- ▷ **Financiamento:** Câmara Municipal da Lourinhã, com co-financiamento no âmbito do programa dos Fundos Estruturais para a Educação (QCA – 2007/2013) tendo em vista os objectivos gerais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN – 2007/2013).
- ▷ **Entidade responsável:** Câmara Municipal da Lourinhã

Accção 13 – Reversão das antigas instalações da escola secundária em EB1/JI - Pólo da Lourinhã

- ▷ **Descrição sumária:** adaptação e requalificação de instalações para acolher o 1º ciclo e pré-escolar com:
 - 15 salas de aula para o 1º ciclo;
 - 5 salas de actividades para a educação pré-escolar e,
 - precaver a possibilidade de introdução do 2º ciclo do ensino básico (a médio/longo prazo).
- ▷ **Prioridade:** Muito Elevada
- ▷ **Calendário:** Agosto de 2008
- ▷ **Custo:** € 1.200.000,00

▷ **Financiamento** Câmara Municipal da Lourinhã, com co-financiamento no âmbito do programa dos Fundos Estruturais para a Educação (QCA – 2007/2013) tendo em vista os objectivos gerais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN – 2007/2013).

▷ **Entidade responsável:** Câmara Municipal da Lourinhã

Acção 14 – Construção de uma Nova EB1/JI no Seixal – Pólo Escolar

▷ **Descrição sumária:** Remodelação da EB1 Seixal (terreno da actual EB1 e terreno contíguo a norte) criando condições para receber os alunos do 1º ciclo da Praia da Areia Branca, Seixal, Lugar da Areia Branca, Abelheira e Zambujeira (6 salas de aulas, 4 salas de actividades, 1 sala polivalente)

▷ **Prioridade:** Alta

▷ **Calendário:** 2009/2010

▷ **Custo:** €1.000.000,00

▷ **Financiamento:** Câmara Municipal da Lourinhã, com co-financiamento no âmbito do programa dos Fundos Estruturais para a Educação (QCA – 2007/2013) tendo em vista os objectivos gerais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN – 2007/2013).

▷ **Entidade responsável:** Câmara Municipal da Lourinhã

Acção 15 – Medidas organizacionais e de reforço da oferta educativa

Sub-acção 15a – Constituição de Agrupamentos de Escolas (verticais)

▷ **Descrição sumária:** constituição de Agrupamentos Verticais de Escolas com a abrangência definida para os Territórios Educativos propostos.

▷ **Entidade responsável:** Ministério da Educação, em articulação com a Câmara Municipal da Lourinhã

Sub-acção 15b – Medidas de suporte à elevação da oferta educativa

▷ **Descrição sumária:**

- Reforço do transporte escolar e da Acção Social Escolar, nomeadamente no que respeita a serviço de refeições às crianças deslocadas.
- Dotação das escolas com equipamentos informáticos, recursos multimédia, aplicações informáticas e acessos rápidos à internet.
- Desenvolvimento de programas de actividades extra-curriculares e de animação desportiva de iniciativa autárquia.

▷ **Entidade responsável:** Câmara Municipal da Lourinhã

Sub-acção 15c – Diversificação das ofertas educativas

▷ **Descrição sumária:** reforço do ensino tecnológico e profissional, quer nas escolas públicas (nomeadamente, na Escola Secundária da Lourinhã), quer através de parcerias publico-privadas (com a Casa Agrícola Rio Grande, associações profissionais e empresarias, escolas profissionais, etc); desenvolvimento de mecanismos de cooperação entre municípios vizinhos e envolvendo outros actores (como associações profissionais e empresarias, escolas profissionais, institutos politécnicos, etc.) no sentido de montar uma rede de ofertas diversificadas e abrangentes, de carácter supra-municipal e de razoável abrangência geográfica.

▷ **Entidade responsável:** Ministério da Educação, em articulação com o IEFP e outros actores e com o apoio das Câmaras Municipais, nomeadamente da Lourinhã

Sub-acção 15d – Promoção do ensino de segunda oportunidade

▷ **Descrição sumária:** implementação de currículos alternativos e reforço do ensino recorrente.

▷ **Entidade responsável:** Ministério da Educação

7. Monitorização da carta Educativa

A presente Carta Educativa é um instrumento sectorial de planeamento da rede educativa do Município da Lourinhã que reflecte o estado actual de informação sobre esta rede e perspectiva a sua evolução com base nos dados hoje disponíveis, nomeadamente face às perspectivas de desenvolvimento do concelho de acordo com cenários de evolução demográfica e socio-económica considerados. No entanto, qualquer processo de planeamento não se esgota no acto de elaboração do plano, o qual deve ser alvo de revisão permanente face ao acompanhamento e monitorização do sistema alvo desse plano.

De modo a tornar-se num instrumento vivo e permanentemente actual, a Carta Educativa carece de actualização e revisão dinâmicas e de aprofundamento progressivo face a evoluções demográficas, socio-económicas e da procura de ensino que importa monitorizar, bem como de alterações do quadro legislativo e orientador que enquadram o sistema educativo.

Deste modo, julga-se recomendável que a Câmara Municipal da Lourinhã se dote de instrumentos de monitorização permanente do sistema e promova a revisão periódica da Carta Educativa, introduzindo as adaptações do plano agora estabelecido que se revelem necessárias em cada contexto.

Neste sentido, julga-se de recomendar que a monitorização da Carta Educativa se desenvolva segundo duas vertentes: uma de carácter endógeno ao sistema educativo e outra de carácter exógeno (envolvente do sistema).

Na vertente endógena, importaria monitorizar nomeadamente:

- i) A evolução do número de alunos por estabelecimentos de ensino, particularmente identificando inflexões de trajectória cujos factores determinantes importaria tentar perceber;
- ii) A evolução dos indicadores de desempenho do sistema educativo (abandono, retenção, etc.) e avaliação da adequação da oferta educativa às necessidades e anseios das populações e da integração profissional da formação obtida;
- iii) A evolução dos indicadores de eficiência do sistema em relação aos serviços prestados, nomeadamente no que respeita à utilização das infra-estruturas escolares e dos recursos educativos;
- iv) O estado de conservação das instalações e a adequação dos espaços, equipamentos e recursos educativos às necessidades pedagógicas e das aprendizagens prevaletentes em cada instante.

Na vertente exógena, importaria monitorizar as dinâmicas demográficas, urbanas, sociológicas e económicas, particularmente naqueles aspectos que possam constituir inflexões de trajectória relativamente às tendências passadas e previstas, nomeadamente nos seguintes aspectos:

- i) As ocorrências de nascimentos, com previsão da procura de educação e ensino que lhes estará associada;
- ii) Planos e projectos urbanísticos (Planos de Urbanização, Planos de Pormenor, projectos de loteamento), com previsão dos acréscimos populacionais que lhes estão associados e

correspondentes acréscimos da procura de ensino e/ou alterações da expressão espacial dessa procura;

- iii) Novas necessidades formativas, nomeadamente como resultado de evoluções sociológicas e da base económica do concelho.

Importa também acompanhar as evoluções do quadro legislativo e orientador, particularmente no que respeita às profundas alterações que se perspectivam com o previsível alargamento da escolaridade até aos 18 anos. É, portanto, vital que se acompanhem as evoluções deste processo e as orientações do Ministério da Educação decorrentes das intenções governamentais constantes de seu Programa do Governo.

Por fim, não é por demais sublinhar a importância da participação das Comunidades Educativas e da Sociedade em geral na análise das situações e na configuração das soluções a erguer. Neste sentido, importa desenvolver mecanismos de consulta e monitorização através das entidades apropriadas (associações de pais, juntas de freguesia, grupos ou associações locais, etc.) a fim de que se possa compreender o significado das transformações pretendidas e se colham ensinamentos e apoios para a sua implementação.

Em síntese, importará ter presente que esta Carta Educativa deve ser entendida como um documento aberto e permanentemente inacabado, pelo que subsiste a necessidade de periodicamente promover a sua revisão e actualização face a informação actualizada sobre o sistema educativo e sua envolvente e às perspectivas das suas evoluções futuras.

ANEXO - A
REDE ESCOLAR ACTUAL E PROPOSTA

Nos quadros seguintes apresentam-se as configurações actual e futura da rede pública de Equipamentos de Educação e Ensino (Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico), bem como uma síntese das actuações propostas.

Território Educativo	Estabelecimento	Freguesia	Capacidade (nº de salas)				Descrição das Acções
			Actual		Futural		
			J.I.	EB1	J.I.	EB1	
Atalaia e Interior	E.B.1 Cabaceira	Atalaia		1		0	Desactivação com deslocação dos alunos para a EB1 da Atalaia
	E.B.1 + J.I. Atalaia	Atalaia	2	4	2	4	Ampliação do J.I. (sala polivalente + sala de refeições)
	J.I. Cabeça Gorda	Marteleira	1		1		Ampliação (sala polivalente + sala de refeições) – em construção
	E.B.1 Cabeça Gorda	Marteleira		4		4	Obras de Beneficiação – Instalações Sanitárias
	E.B.1 Marteleira	Marteleira		2		0	Desactivar (substituição por novas instalações)
	Novo J.I. / EB1 Marteleira	Marteleira			2	5	Novas instalações
	J.I. Ribeira dos Palheiros	Miragaia	1		1		Novas instalações (construção em terreno contíguo à EB1)
	E.B.1 Ribeira dos Palheiros	Miragaia		2		2	
	E.B.1 Papagovas	Miragaia		2		0	Suspensão com a deslocação dos alunos para a EB 1 de Miragaia
	E.B.1 + J.I. Miragaia	Miragaia	1	1	2	3	Ampliação para 3 salas de 1º ciclo e 2 de JI
	E.B.1 + J.I. Moita dos Ferreiros	Moita dos Ferreiros	2	6	2	6	
	E.B.1 + J.I. Moledo	Moledo	1	2	1	1	Numa 1ª fase, adaptação de uma sala do 1º ciclo para o Pré-Escolar
	E.B.1 + J.I. Reguengo Grande	Reguengo Grande	2	4	2	4	Ampliação com integração do JI nas Instalações da EB1
	E.B.1 Paço	S. Bartolomeu		2		0	A suspender (2007/08)
	E.B.1 + J.I. São Bartolomeu	S. Bartolomeu	1	2	2	2	Ampliação com integração do JI nas Instalações da EB1

Território Educativo	Estabelecimento	Freguesia	Capacidade (nº de salas)				Descrição das Acções
			Actual		Final		
			J.I.	EB1	J.I.	EB1	
Lourinhã	J.I. Lourinhã nº 2	Lourinhã	2		0		Encerra com a deslocação dos alunos para a Nova EB1/JI da Lourinhã
	J.I. Lourinhã nº 1	Lourinhã	2		0		Encerra com a deslocação dos alunos para a Nova EB1/JI da Lourinhã
	Nova EB1 + JI da Lourinhã	Lourinhã			5	15	Reconversão das Instalações da antiga ES da Lourinhã
	E.B.1 Zambujeira + Pólo Itinerante	Lourinhã	1	2	0	0	Encerramento do Pólo Itinerante com a deslocação das crianças para o JI da Abelheira; a prazo (com a entrada em funcionamento da nova EB1/JI do Seixal), encerramento da EB1
	E.B.1 Toxofal	Lourinhã		1		0	Suspensão com a deslocação dos alunos para a EB 1 da Lourinhã
	E.B.1 Nadrupe	Lourinhã		1		0	Suspensão com a deslocação dos alunos para a EB 1 da Lourinhã
	E.B.1 Lugar de Areia Branca	Lourinhã		2		0	Suspensão com a deslocação dos alunos para a EB1 do Seixal
	E.B.1 Lourinhã	Lourinhã		6		0	Encerra com a deslocação dos alunos para a nova EB1/JI da Lourinhã
	E.B.1 Abelheira + Pólo Itinerante	Lourinhã	1	1	0	0	Encerramento da EB1 com a deslocação dos alunos para a EB1 da Zambujeira e o Pólo Itinerante passa transitoriamente a JI; desactivação a prazo, com entrada em funcionamento da nova EB1/JI do Seixal
	E.B.1 + J.I. Sobral	Lourinhã	1	2	0	0	A prazo, encerrar a EB1 com integração dos alunos na nova EB1 da Lourinhã e/ou Miragaia
	E.B.1 + J.I. Seixal	Lourinhã	1	2	0	0	Substituir por novas instalações
	Nova EB1 + J.I. do Seixal	Lourinhã			4	6	Novas instalações (1ª fase: 6 salas de 1º ciclo; 2ª fase: 4 salas de JI)
	E.B.1 + J.I. Praia de Areia Branca	Lourinhã	1	2	0	0	Desactivar com entrada em funcionamento do pólo do Seixal, com eventual conversão em creche; manter oferta de JI (e eventualmente reforçar, até 3 salas) enquanto 2ª fase do polo do Seixal (JI) não estiver concluída.
	E.B.1 + J.I. Casal Novo	Lourinhã	2	2	2	2	

Território Educativo	Estabelecimento	Freguesia	Capacidade (nº de salas)				Descrição das Acções
			Actual		Final		
			J.I.	EB1	J.I.	EB1	
Ribamar	E.B.1 Capelas	Lourinhã	0	2	0	0	Suspender a médio prazo, sendo os alunos colocados no novo pólo escolar de Sta Bárbara e na EB1/J.I. de Casal Novo
	J.I. Ribamar	Ribamar	2		4		Substituir por novas instalações do JI a construir em espaço contíguo às instalações da actual EB 2,3 (a converter em EBI)
	E.B.1 Ribamar	Ribamar		6		0	Encerrar com a deslocação dos alunos para a actual EB 2,3 de Ribamar
	E.B. 23 de Ribamar	Ribamar				7	Integração do 1º Ciclo do Ensino Básico (6 a 7 salas de aula) convertendo-a numa EBI com eventual ampliação das instalações
	Centro Infantil de Ribamar	Ribamar	2		2		
	J.I. Marquiteira	Sta Bárbara	1		0		Encerrar com entrada em funcionamento do novo EB1/J.I. de Sta Bárbara
	E.B.1 Marquiteira	Sta Bárbara		2		0	Encerrar com entrada em funcionamento do novo EB1/J.I. de Sta Bárbara
	E.B.1 + J.I. Ventosa	Sta Bárbara	1	1	0	0	Encerrar com entrada em funcionamento do novo EB1/J.I. de Sta Bárbara
	Novo EB1/J.I. de Sta Bárbara	Sta Bárbara			2	4	Novas instalações (entre Ventosa e Marquiteira)
	J.I. Vimeiro	Vimeiro	1		0		Encerrar com a deslocação dos alunos para a nova EB1 + JI do Vimeiro
	E.B.1 Vimeiro (+ novo J.I.)	Vimeiro		2	2	2	Construção de um JI em terreno contíguo à EB1 (com 2 salas de actividades) transformando-se numa EB1/J.I.
	E.B.1 Toledo	Vimeiro		1		0	Encerramento com a deslocação dos alunos para a EB1 do Vimeiro

CISED, Janeiro de 2007

Prof. Rui Carvalho Oliveira